

Congresso assume tarefa de promover entendimento

O Congresso Nacional vai patrocinar a retomada das discussões entre empresários, trabalhadores e entidades da sociedade civil através do fórum nacional permanente, a ser criado visando o entendimento nacional. Em reunião como presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-SP), e os líderes partidários, representantes de empresários e trabalhadores disseram que não vêem mais como negociar um pacto diretamente com o Governo, e preferem conversar diretamente com o Congresso. Ibsen garantiu todo apoio à iniciativa, e na quarta-feira (13), às 11h, será realizado um novo encontro para detalhar a proposta.

Para fugir das desgastadas formas de tentativa de entendimento nacional, empresários e trabalhadores explicaram ao presidente da Câmara que não pretendem criar uma estrutura formal para a discussão dos problemas e, muito menos, abordar apenas alguns assuntos. O coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Emerson Kapaz, observou: "Pacto não se limita a preços e salários".

Eles acreditam que a sintonia entre partidos políticos e a sociedade permitirá a discussão de problemas emergenciais e a aprovação de projetos de lei que permitam solucioná-los. Nisso, contam com o apoio incondicional de Ibsen, que garantiu: "A pauta de votação será induzida politicamente pelos líderes partidários e de segmentos da sociedade. A mesa diretora não pode assumir o papel de eunuco político".

O primeiro passo para garantir o funcionamento do Fórum, se-

gundo Kapaz, é a aprovação do projeto de lei do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que limita a utilização de medidas provisórias. O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Canindé Pegado, afirmou que essa é a única maneira de dar tranquilidade à sociedade. O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, explicou que, no momento, qualquer tentativa de entendimento já nasce frustrada, porque existe a ameaça de as regras do jogo serem mudadas repentinamente por medidas provisórias.

Ibsen fez questão de frisar que a reunião de quarta-feira não representará a instalação formal do fórum: "Não queremos uma coisa formal que possa ser interpretada como mais uma farsa. Estamos defendendo a manutenção de um

canal aberto de discussão", afirmou.

O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia, (BA), informou que a primeira reunião vai definir a forma organizacional do Fórum, que, provavelmente, será uma comissão mista da qual participarão deputados, senadores e representantes da sociedade civil.

Ophir Cavalcante, presidente do Conselho Federal da OAB, disse que o Fórum é o instrumento mais adequado para a efetivação do acerto entre as diversas forças sociais: "As constantes edições de medidas provisórias estavam levando insegurança à sociedade, à economia, e ferindo o direito do cidadão comum, cujos contratos e compromissos eram sistematicamente violados".